



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026 PROCESSO Nº E-2026/2448147			Data da abertura: <b>02/06/2026</b> às 09h no sítio <a href="https://www.gov.br/compras">https://www.gov.br/compras</a>	
<b>Objeto:</b>				
Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos, com implementos necessários para atendimento às atividades da COSANPA na Região Metropolitana de Belém, conforme especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência e anexos.				
<b>Valor Estimado (R\$)</b>				
<b>SIGILOSO</b>				
<b>Registro de Preço?</b>	<b>Vistoria</b>	<b>Garantia Contratual</b>	<b>Instrumento Contratual</b>	<b>Forma de Julgamento</b>
NÃO	NÃO	SIM, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	TERMO DE CONTRATO	MENOR PREÇO
<b>DOCUMENTOS</b> (Habilitação/Regularidade fiscal e Trabalhista/Econômico-financeira e Qualificação Técnica)			<b>DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>-Habilitação, conforme disposto no <b>Item 12</b> do Edital;</li><li>-Habilitação Jurídica, conforme disposto no <b>subitem 12.21</b>;</li><li>-Regularidade fiscal e trabalhista, conforme disposto no <b>subitem 12.22</b></li><li>-Qualificação Econômico-financeira, conforme disposto no <b>subitem 12.23</b>.</li><li>- Qualificação Técnica, conforme disposto no <b>subitem 12.24</b>.</li></ul>			<ul style="list-style-type: none"><li>- Qualquer outra documentação exigida em diligência para esclarecer dúvidas na proposta e/ou documentos de habilitação.</li><li>- Qualquer outro documento solicitado no Termo de Referência (<b>anexo I do edital</b>).</li></ul>	
<b>Lic. Exclusiva ME/EPP?</b>	<b>Reserva de Cota ME/EPP?</b>	<b>Exige Amostra/Dem/Teste</b>		<b>MODO DE DISPUTA</b>
NÃO	NÃO	NÃO		ABERTO
<b>Pedidos de Esclarecimentos/Impugnações</b>				
Até <b>28/05/2026</b> , exclusivamente por meio do endereço eletrônico: <a href="mailto:cpl@cosanpa.pa.gov.br">cpl@cosanpa.pa.gov.br</a>				
<b>Data de disponibilidade do edital</b>			<b>UASG – COSANPA</b>	
<b>19/05/2026</b>			<b>925802</b>	
<b>Observações Gerais</b>				
<ol style="list-style-type: none"><li>1. Recomenda-se a leitura do item <b>6.7, alíneas “K” e “L”</b> do edital, referentes ao cumprimento das cotas de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e cota de aprendizagem.</li><li>2. A declaração da existência de <b>“Programa de Integridade”</b> e <b>“Ações de Equidade”</b> pelo licitante deverá ser obrigatoriamente comprovada em caso de utilização desse critério para fins de desempate entre duas ou mais propostas.</li><li>3. Intervalo de diferença entre os lances será de <b>399,76 (trezentos e noventa e nove reais e setenta e seis centavos)</b>.</li><li>4. O prazo para a entrega dos veículos será de no máximo 30 (trinta) dias corridos, após a assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, mediante justificativa apresentada pela CONTRATADA, conforme Termo de Referência.</li><li>5. Todas as propostas que constarem cadastradas no sistema, por ocasião da abertura do certame, implicarão anuência tácita a todos os dispositivos do edital, não podendo assim, haver desistência, salvo por motivo superveniente e justificadamente aceito pelo (a) pregoeiro (a), sob pena de sujeição à conduta de <b>“NÃO MANUTENÇÃO DE PROPOSTA”</b> e ensejando a aplicação de sanções pertinentes.</li></ol>				



A COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA, torna público, para ciência dos interessados, realizará o certame licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO**; que será regida pelos termos estabelecidos neste Edital e seus anexos, nos termos da **Lei nº 13.303/2016**, do **Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COSANPA – RILC**; da **Lei Complementar nº 123/2006**, da **Lei Estadual nº 8.417/2016**, **Decreto Estadual nº 2.121/2018**, **Lei nº 12.846/2013** (Lei Anticorrupção) e da **Lei nº 10.406/2002** (Código Civil Brasileiro) e demais legislações aplicáveis à matéria e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

## 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, plataforma **Compras Governamentais**, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.
- 1.2. Os trabalhos serão conduzidos por funcionário da Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA, credenciado na função de Pregoeiro (a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para os sistemas de compras eletrônicas utilizadas pela Administração Direta e Indireta, disponível no Portal Eletrônico de Compras Governamentais, no endereço [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).
- 1.3. A sessão de abertura será a partir das **9h00min do dia 02/06/2026 (horário oficial de Brasília/DF)**
- 1.4. Edital disponível nos sites <https://www.cosanpa.pa.gov.br> e [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)
- 1.5. Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO**.
- 1.6. Modo de Disputa: **ABERTO**.
- 1.7. Intervalo de diferença entre os lances será de **R\$ 399,76 (trezentos e noventa e nove reais e setenta e seis centavos)**.

## 2. DO OBJETO

2.1. Esta licitação tem como objeto a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos, com implementos necessários para atendimento às atividades da COSANPA na Região Metropolitana de Belém, conforme especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência e anexos.

## 3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 3.1. Sua execução será conforme as demandas da Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA, conforme classificação orçamentária a seguir:  
**-4.5.75145.7000.20000.3506.40.330190 – LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS**
- 3.2. O valor do orçamento previamente estimado para o objeto deste Pregão será sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.
- 3.3. O valor do orçamento estimado poderá ser divulgado após finalizada a fase de lances, somente para subsidiar negociação em caso de ofertas superiores a esse referencial.

## 4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 4.1. Qualquer pessoa física ou jurídica é parte legítima para impugnar este edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame.
- 4.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser endereçados ao (a) Pregoeiro (a), exclusivamente por meio do endereço eletrônico [cpl@cosanpa.pa.gov.br](mailto:cpl@cosanpa.pa.gov.br).
- 4.3. Caberá ao (a) Pregoeiro (a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e seus anexos, responder a impugnação ou ao pedido de esclarecimento.
- 4.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 4.5. A impugnação e/ou pedido de esclarecimento não suspendem os prazos previstos no certame.
- 4.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 4.7. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.
- 4.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no Sistema e vincularam os participantes e a administração.
- 4.9. Qualquer impugnação ou pedido de esclarecimento, encaminhados fora dos prazos e horários estabelecidos neste edital serão considerados intempestivos, não tendo a Administração obrigação de respondê-los.

## 5. DO CREDENCIAMENTO

- 5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Estadual, no sítio <https://www.gov.br/compras>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.



5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.5. É de responsabilidade exclusiva do licitante o uso adequado do sistema, cabendo-lhe zelar por todas as transações efetuadas diretamente ou por seu representante.

5.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.7. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## 6. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

6.1. Poderão participar da presente licitação qualquer pessoa física ou jurídica legalmente estabelecida no País e que atendam às exigências deste Edital e seus anexos.

6.2. Desempenham atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação e que estejam previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no sistema de Compras do Governo Federal, por meio do sítio eletrônico [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)

6.3. Atendam às exigências constantes neste Edital e seus Anexos, em especial quanto à documentação requerida para sua habilitação;

6.4. Não será admitida a participação de licitantes que:

- a) Que se enquadrem em um ou mais impedimentos do artigo 38 da Lei Federal nº 13.303/2016;
- b) Estejam constituídos sob a forma de consórcio ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- c) Com registro de inidoneidade no SICAF;
- d) Com registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa;
- e) Empresas em processo de falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;
- f) **Empresas em recuperação judicial salvo, se apresentarem certidão emitida pelo juízo competente, afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente, conforme Acórdão nº 1201/2020 – TCU;**
- g) **Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber** citação e responder administrativa ou judicialmente;
- h) Que possuam em seu contrato social, estatuto social ou documento equivalente, finalidade ou objetivo incompatível com o objeto deste certame;
- i) Cooperativa de mão de obra, conforme Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União;

6.5. Para os fins desta licitação, os impedimentos referidos neste Edital serão verificados mediante consulta em nome da sociedade empresária licitante (matriz ou filial) e de seus sócios majoritários nos Portais Eletrônicos:

- a) Tribunal de Contas da União - TCU ( <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>),
- b) Secretaria de Estado da Fazenda do Pará – SEFA/PA ( <https://app.sefa.pa.gov.br/cadin/publico>);

6.6. As consultas serão realizadas em nome da sociedade empresarial da licitante e de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.

6.7. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará em campo próprio do **Sistema Eletrônico Compras Governamentais** as seguintes declarações:

- a) Que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos. 42 a 49;
- b) Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, quando for o caso;
- c) Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja microempresa ou empresa de pequeno porte, quando for o caso.
- d) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- e) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- f) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- g) Que a proposta foi elaborada de forma independente;



- h) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- i) Se desenvolve ou não programa de integridade;
- j) Se desenvolve ou não as ações de equidade;
- k) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas., conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991.
- l) Que cumpre, sob as penas da Lei a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no artigo 429 da CLT.

**6.8. A veracidade das declarações de que tratam alíneas “j” e “k” do item anterior será aferida na fase de habilitação, por meio de consulta ao portal do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE / Secretaria de Inspeção do Trabalho (<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br>), devendo a situação licitante constar nas certidões correspondentes como DESOBRIGADO, IGUAL ou SUPERIOR ao estabelecido na legislação.**

**6.9.** Ante à constatação do não cumprimento das obrigações de que tratam os subitem acima com base nas certidões obtidas junto ao portal do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, será oportunizado à licitante, no prazo de **02 (duas) horas**, a apresentação de documentos oficiais detentores de fé pública (Decisão Judicial, documento emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE etc.) ou apresentar contrato de trabalho, seguindo as Normas legais aplicáveis, que garantam o devido cumprimento às cotas de PCD e Aprendiz.

**6.10.** O prazo estabelecido no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação da licitante via chat, formulada antes de findo o prazo inicialmente concedido e formalmente aceita pelo (a) Pregoeiro (a).

**6.11.** A não comprovação no prazo estabelecido no **subitem 6.9** ou a apresentação de documentos não oficiais que detenham fé pública, ensejará a inabilitação da licitante.

**6.12.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **7. DO ENVIO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO**

**7.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, no portal [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), sua proposta com a descrição detalhada e o preço ofertado, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, mediante o preenchimento dos seguintes campos:

**7.1.1.** Valor unitário e total do item expressos em Reais (R\$) com, no máximo, 02 (duas) casas decimais.

**7.1.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**7.1.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**7.1.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

## **8. DIVULGAÇÃO DA PROPOSTA**

**8.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**8.2.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) pregoeiro (a) e os licitantes.

**8.3.** O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

**8.4.** Cabe ao Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública desse Edital, ficando o (a) pregoeiro (a) pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

**8.5.** As propostas apresentadas poderão ser desclassificadas, motivadamente, caso não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e anexos.

**8.6.** Quaisquer elementos que possam identificar o Licitante importarão na desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

## **9. FASE DE LANCES**

**9.1.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances

**9.2.** Aberta a etapa competitiva, os Licitantes classificados poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento do seu **lance** ofertado consignado no registro de cada lance.

**9.3.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão, as regras estabelecidas no Edital e o intervalo mínimo entre lances estabelecido no **Edital**.

**9.4.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**9.5.** O sistema informará o valor em real correspondente a cada lance ofertado.

**9.6.** A eventual desclassificação de lances, será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



**9.7. Modo de disputa adotado nesta licitação:**

**Aberto:** Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações. (Tempo fixo: 10 minutos / Prorrogações automáticas: 2 minutos).

**9.8.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**9.9.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**9.10.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**9.11.** Quando houver desconexão do sistema eletrônico e caso persista por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa automaticamente e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**9.12.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**9.13.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá, justificadamente, admitir-se o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**9.14.** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com o subitem anterior deverão ser desconsiderados, devendo a ocorrência ser registrada em campo próprio do sistema.

**9.15.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**9.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**9.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**9.18.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, e no art. 8º da Lei Estadual nº 8.417, de 2016.

**9.19.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até **5%** (cinco por cento) do lance de **MENOR PREÇO** serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**9.20.** A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**9.21.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **5%** (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**9.22.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**9.23.** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

**9.24.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no **art. 55, incisos de I a IV, da Lei nº 13.303/16**, assegurando-se a preferência, sucessivamente:

**Art. 55.** Em caso de empate entre 2 (duas) propostas, serão utilizados, na ordem em que se encontram enumerados, os seguintes critérios de desempate:

I - disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, desde que exista sistema objetivo de avaliação instituído;

III - os critérios estabelecidos no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;

IV - sorteio.

**9.25.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

## 10. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

**10.1.** Encerrada a fase de lances o sistema informará a ordem de classificação das empresas licitantes, sendo convocada a 1ª classificada a apresentar, inicialmente nos termos determinados por este Edital, a proposta adequada ao último lance ofertado, após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à





confirmação daqueles exigidos neste Edital e termo de referência e anexo, no prazo de **02 (duas) horas, conforme a solicitação via chat no ato da sessão pública.**

**10.2.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**10.3.** A proposta deverá conter a descrição do serviços/modelos ofertados, as quantidades e os valores unitários, mensal e total do objeto deste termo e deverá manter conformidade com suas especificações, conforme detalhado no **ANEXO V** deste Edital;

**10.4.** O (A) Pregoeiro (a) poderá solicitar diligências para esclarecimento de dúvidas, vedada a alteração do conteúdo econômico da proposta.

**10.5.** Erros aritméticos poderão ser corrigidos, desde que não alterem o valor global ofertado, prevalecendo o valor por extenso sobre o valor numérico.

**10.6.** A proposta poderá ser desclassificada quando as inconsistências identificadas comprometerem sua validade ou demonstrarem falta de aderência ao edital.

**10.7.** A COSANPA não aceitará qualquer cobrança posterior de quaisquer encargos financeiros adicionais, salvo se criados após a data de abertura desta licitação, desde que observem os requisitos e critérios relativos aos procedimentos de reequilíbrio econômico-financeiro da contratação, conforme definido neste Edital, seus anexos e no RILC da COSANPA.

**10.8.** Após a negociação do preço, iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

**11.1.** O (A) Pregoeiro (a) decidirá sobre a aceitação dos preços obtidos, e divulgará o resultado do julgamento das propostas.

**11.2.** Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, ou, quando for o caso, após a negociação e decisão pelo (a) Pregoeiro (a) acerca da aceitação do lance de MENOR PREÇO, o (a) mesmo (a) anunciará o licitante vencedor.

**11.3.** Será desclassificada a proposta que apresentar preço final manifestamente inexequível.

**11.4. Não serão aceitas propostas que apresentarem preço global ou preços unitários superiores aos limites máximos fixados pela COSANPA.**

**11.4.1. A proposta de preços deverá apresentar a composição detalhada de todos os itens, sendo que o valor total da proposta não poderá exceder o valor global estimado, e nenhum dos valores unitários poderá ser superior ao preço de referência unitário estabelecido**

**11.4.2. Ocorrendo preços acima do referencial, a Administração convocará a licitante melhor classificada para negociar a adequação dos valores aos limites aceitáveis.**

**11.5.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

**11.6.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

**11.7.** O (A) Pregoeiro (a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

**11.8.** O prazo estabelecido **poderá** ser prorrogado pelo (a) Pregoeiro (a) **por solicitação via chat**, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita.

**11.9.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo (a) Pregoeiro (a), destacam-se os que contenham as características do material ou serviço ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo (a) Pregoeiro (a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

**11.10.** Também nas hipóteses em que o (a) Pregoeiro (a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**11.11.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**11.12.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de passar para a proposta à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**11.13.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma dos **artigos 56 e 57 da Lei nº 13.303/2016**.

**11.14.** Conforme o art. 11, § 2º da Lei Estadual 8.417/2016, na hipótese de uma mesma licitante vencer tanto a Cota Reservada (quando houver) quanto a Cota Principal relativa ao mesmo objeto, a contratação deverá ocorrer pela menor proposta válida.

**11.15.** Conforme o art. 11, § 5º da Lei Estadual 8.417/2016, nos casos de Cota Reservada (quando houver), e não tendo vencedor para ela, este deve ser adjudicado ao vencedor da Cota Principal ou, em caso de recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço oferecido pelo primeiro colocado da Cota Principal.

**11.16.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será verificada a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.



## 12. DA HABILITAÇÃO

**12.1.** Na fase da habilitação, será verificado eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**12.2.** SICAF;

**12.3.** Portal Eletrônico do TCU;

**12.4.** Portal Eletrônico do CNJ;

**12.5.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**12.6.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, será feita diligência para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**12.7.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**12.8.** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

**12.9.** Constatada a existência de sanção, o (a) Pregoeiro (a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**12.10.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**12.11.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

**12.12.** O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

**12.13.** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

**12.14.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

**12.15.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**12.16.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**12.17.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**12.18.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**12.19.** Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**12.20.** Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

### 12.21. Habilitação jurídica:

**12.21.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

**12.21.2.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**12.21.3.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**12.21.4.** No caso de sociedade empresária, inclusive Sociedade Limitada Unipessoal-SLU ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**12.21.5.** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

**12.21.6.** Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.





**12.21.7.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**12.21.8.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**12.21.9.** No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

**12.21.10.** No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

**12.21.11.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

**12.21.12.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

**12.21.13.** Decreto de autorização, devidamente arquivado, quando se tratar de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, com procurador residente domiciliado no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

#### **12.22. Regularidade fiscal e trabalhista:**

**12.22.1.** Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN no 1.751, de 2/10/2014;

**12.22.2.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**12.22.3.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, instituída pela Lei Federal nº 12.440/11;

**12.22.4.** Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**12.22.5.** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

**12.22.6.** Caso o (s) licitante (s) detentor (res) do (s) melhor (res) lance(s) seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

#### **12.23. Qualificação Econômico-Financeira:**

**12.23.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, Recuperações Judiciais e Extrajudiciais** expedida pelo distribuidor da sede jurídica da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, com data de expedição não superior a **90 (noventa) dias** quando não houver prazo de validade expresso;

**12.23.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

**a) A comprovação da boa situação da empresa será verificada individualmente, através dos índices contábeis abaixo:**

- ILC: Índice de Liquidez Corrente igual ou superior a 1,00;

- ILG: Índice de Liquidez Geral igual ou superior a 1,00;

- SG: Solvência Geral igual ou superior a 1,00.

#### **Fórmulas de Cálculo:**

$ILC = AC/PC$

$ILG = (AC + ARLP) / (PC + P-NC)$

$SG = \{ AT / (PC + P-NC) \}$

#### **Siglas:**

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo

P-NC = Passivo não Circulante

AT = Ativo Total

**12.23.3.** No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

**12.23.4.** No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

**12.23.5.** É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

**12.23.6.** Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;





**12.23.7.** A proponente deverá comprovar que possui patrimônio líquido no valor de **5%** (cinco por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data de sua apresentação, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses, para demonstrar sua boa situação financeira.

**12.23.8.** A exigência cumulativa de índices contábeis de liquidez e Patrimônio Líquido (PL) mínimo fundamenta-se no Art. 58, inciso III da Lei nº 13.303/2016, Art. 59-A, §§ 2º, 5º e 6º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC e, por analogia, no Acórdão nº 2.724/2025 - Plenário/TCU, sendo medida indispensável à mitigação de riscos contratuais. Justifica-se pela complementaridade técnica: enquanto os índices de liquidez atestam a capacidade de pagamento em curto e longo prazo (eficiência de fluxo), o Patrimônio Líquido comprova a dimensão e a robustez da licitante (lastro patrimonial).

**12.23.9.** Tal cumulatividade é necessária pois índices favoráveis podem ser apresentados por empresas de baixo capital social e sem ativos imobilizados, as quais carecem de “colchão financeiro” para absorver oscilações de mercado, glosas contratuais ou contingências trabalhistas/previdenciárias de natureza subsidiária. Assim, o PL atua como garantia de execução e continuidade do serviço público, assegurando que a contratada possua vulto econômico proporcional à magnitude e complexidade do objeto licitado, evitando o risco de insolvência durante a vigência contratual.

**12.23.10.** No caso de empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

#### **12.24. Qualificação Técnica:**

**12.24.1.** Considerando o interesse de que atendam aos requisitos normativos pertinentes ao objeto deste Edital, a licitante deverá ser, comprovadamente, capacitada para execução do contrato, pelo que a proponente deverá apresentar, **os documentos de qualificação técnica, conforme abaixo:**

##### **a) QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL:**

**a.1)** Apresentar um ou mais atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que executou de forma satisfatória objeto pertinente e compatível com presente certame, devendo comprovar o serviço de locação de veículos, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da quantidade do objeto licitado ou do item da licitação a que concorre, considerando o item para o qual foi classificado, sendo admitida a somatória de atestados para atingir o quantitativo mínimo, desde que os serviços tenham sido executados concomitantemente (ao mesmo tempo) conforme termo de referência.

**a.2)** O atestado de Capacidade Técnica, deverá conter a identificação do signatário responsável, bem como meios de contato (telefone e/ou email, etc) que possibilitem a realização de diligências para esclarecimento de dúvidas relativas às informações prestadas, conforme Termo de Referência.

**a.3)** Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual.

**12.24.3.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**12.24.3.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

**12.24.4.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, ela será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**12.24.5.** A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

**12.24.6.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o (a) Pregoeiro (a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade dela.

**12.24.7.** As certidões que não apresentarem prazo de validade expresso serão consideradas válidas pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da respectiva emissão, exceto se existente legislação específica indicativa de prazo distinto.

**12.24.8.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**12.24.9.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**12.24.10.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.



**12.24.11.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

### 13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

**13.1.** Após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação, e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista, se for o caso, será concedido o prazo de, no mínimo de **10 (dez) minutos**, para que qualquer licitante manifeste, de forma imediata e em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer

**13.2.** A falta de manifestação imediata e motivada da licitante implicará decadência do direito de interpor recurso.

**13.3.** A recorrente deverá apresentar as razões do recurso por meio do sistema eletrônico no prazo de **3 (três) dias úteis**, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas, para querendo, apresentar contrarrazões, também por meio do sistema eletrônico, em outros **3 (três) dias úteis** que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

**13.4.** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**13.5.** Decididos os recursos, caso existam, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

**13.6.** O acompanhamento dos resultados, recursos e atas pertinentes a este certame poderão ser consultados no endereço <https://www.gov.br/compras>, que será atualizado a cada nova etapa constante no Edital.

**13.7.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

**13.8.** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**13.9.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

### 14. DA REABERTURA DA SESSÃO

**14.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**14.2.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**14.3.** Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**14.4.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**14.5.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail ou qualquer outra forma de comunicação profissional, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**14.6.** A convocação feita por e-mail ou qualquer outra forma de comunicação profissional dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

### 15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**15.1.** O objeto da licitação será adjudicado e homologado ao licitante declarado vencedor, por ato do da autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados (em caso da existência dele).

### 16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

**16.1.** Conforme Minuta do Contrato no **Anexo IV** deste Edital.

### 17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**17.1.** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

**17.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo (a) Pregoeiro (a).

**17.3.** Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

**17.4.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**17.5.** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**17.6.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**17.7.** No julgamento das propostas e da habilitação, o (a) Pregoeiro (a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



**17.8.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**17.9.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**17.10.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**17.11.** Os usuários têm à disposição canais de comunicação específicos para denunciar irregularidades na prestação dos serviços. Para tanto, poderão utilizar:

- E-mail: [denuncias@cosanpa.pa.gov.br](mailto:denuncias@cosanpa.pa.gov.br).

- Formulário de denúncia disponível no site da COSANPA.

**17.11.1.** As denúncias serão analisadas e respondidas em um prazo máximo de 48 horas, assegurando que os denunciante sejam informados sobre as ações tomadas em resposta às suas reclamações.

**17.12.** O licitante deverá observar a política de integridade disponível no Site da COSANPA, no item INSTITUCIONAL (Código de Conduta de Integridade), conforme recomendação constante no art. 32, inciso V, combinado com art. 9º, todos da Lei nº 13.303/2016.

**17.13.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**17.14.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**17.15.** Os litígios decorrentes deste procedimento licitatório serão dirimidos no foro da cidade de Belém/PA, pela Justiça Estadual.

#### **18. FAZEM PARTES INTEGRANTES E INDIVISÍVEIS DO PRESENTE EDITAL OS SEGUINTE ANEXOS:**

**18.1.** Anexo I – Termo de Referência e Informações Complementares;

**18.2.** Anexo II – Modelo de Caracterização Visual;

**18.3.** Anexo III – Matriz de Risco;

**18.4.** Anexo IV - Minuta do Contrato;

**18.5.** Anexo V – Modelo de Proposta.

Belém/PA, 18 de maio de 2026.



Documento assinado digitalmente

NELSON ALVES DE SENA

Data: 18/05/2026 15:08:30-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

NELSON ALVES DE SENA

GESTOR DA UNIDADE DE SERVIÇOS DE LICITAÇÕES PÚBLICAS/USLP

## TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS Nº 001/26/UETR

PAE nº E-2026/2448147

## OBJETO DE CONTRATAÇÃO

*O presente termo de referência tem como objeto a contratação de empresa especializada da prestação de serviços de locação de veículos, com implementos necessários para atendimento às atividades da COSANPA na Região Metropolitana de Belém.*

## O QUE SERÁ CONTRATADO?

Lote*	Item	Descrição	Und	Qtd	Total**
1-RMB	1	Veículo Passeio Hatch	Und	12	
	2	Veículo Pick-up 4x2	Und	19	
	3	Veículo Pick-up 4x4	Und	12	
	4	Veículo Executivo Sedan	Und	06	
	5	Veículo Executivo SUV	Und	01	

☒ Planilha quantitativa e descrição no anexo I.

## JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO EM LOTES\*

- O Lote único deste Termo de Referência é composto por itens comuns ao objeto da licitação, não havendo qualquer serviço de natureza diversa na composição do lote, que os ofertados por empresas dessa atividade econômica, não havendo, portanto, questionamentos quanto a restrições de participação na licitação;
- O critério de julgamento adotado não restringirá o caráter competitivo do certame, muito menos a perda da economia de escala, ou seja, haverá melhor aproveitamento dos recursos do mercado e, com isso, ampliação da competitividade do certame. Deve ser considerada, ainda, com foco na eficiência, que a contratação de uma única empresa gerará ganho econômico para a Administração, em decorrência da uniformização dos serviços, dinamização do processo de execução, fiscalização e gestão do contrato;
- A contratação em lote único reduz os riscos contratuais, mitigando problemas como sobreposição de responsabilidades e inconsistências entre diferentes prestadores de serviço. Permitindo, ainda, que a empresa vencedora se alinhe de forma mais abrangente às necessidades da COSANPA, oferecendo um atendimento mais adequado e personalizado.

A contratação por lote *sempre* deve ser *justificada* no campo acima. Se a licitação for apenas por item, a coluna e o campo devem ser excluídos.

\*\* O valor estimado será *sigiloso*. O valor do orçamento de referência será definido em fase posterior. Caso a Administração queira conferir publicidade ao valor estimado, no campo "O orçamento estimado é sigiloso?", deverá ser preenchida a justificativa.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO		
QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?	<ul style="list-style-type: none"><li>• A proximidade do encerramento dos Contratos nº 040/2025, estabelecidos entre COSANPA e a empresa NC COMERCIO E LOCAÇÃO, que atualmente atende o objeto aqui pleiteado;</li><li>• A COSANPA está comprometida com a sustentabilidade e a gestão eficiente de recursos, por isso está renovando sua frota contemplando também veículos híbridos. Essa mudança visa reduzir as emissões de gases poluentes e os custos operacionais, refletindo nosso compromisso com o meio ambiente e a responsabilidade social. Além disso, os veículos híbridos são ideais para as atividades de inspeção e manutenção em campo, garantindo eficiência e economia para a companhia;</li><li>• A necessidade da COSANPA na realização de suas atividades meio e finalísticas, promovendo o deslocamento de empregados e terceirizados para a realização de manutenção corretiva e preventiva nos equipamentos de bombeamento, bem como, o transporte de materiais, tubos, ferramentas, escadas e demais materiais específicos e pequenas cargas;</li><li>• O quantitativo de veículos da frota própria da Companhia que não supri as necessidades de demandas diárias de suas unidades, motivo pelo qual, a contratação é necessária para a melhoria do desempenho das atividades operacionais.</li></ul>	
JUSTIFICATIVA DA MARCA		
QUAL O MOTIVO DA ESCOLHA DA MARCA?	<input checked="" type="checkbox"/> Inaplicável	
	<input type="checkbox"/> Aplicável	
NATUREZA DO SERVIÇO		
CARACTERÍSTICA	<input checked="" type="checkbox"/> Comum <input type="checkbox"/> Técnico profissional especializado	
MÃO DE OBRA	<input type="checkbox"/> Com dedicação exclusiva <input checked="" type="checkbox"/> Sem dedicação exclusiva	
HAVERÁ GARANTIA DO SERVIÇO?	<div><input type="checkbox"/> Sim. O contratado deverá prestar garantia pelos serviços prestados de, no mínimo, N meses, após a sua conclusão.</div> <div><input checked="" type="checkbox"/> Não.</div>	



CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	
FORMA DE CONTRATAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/> Pregão eletrônico <input type="checkbox"/> Pregão presencial <input type="checkbox"/> Concorrência.
MODO DE DISPUTA	<input checked="" type="checkbox"/> Aberto <input type="checkbox"/> Fechado <input type="checkbox"/> Fechado/Aberto
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	<input checked="" type="checkbox"/> Menor preço. <input type="checkbox"/> Melhor técnica <input type="checkbox"/> Maior desconto. <input type="checkbox"/> Melhor técnica e preço
O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não.
GARANTIA DA PROPOSTA	<input checked="" type="checkbox"/> Inexistente <input type="checkbox"/> De 1% do valor estimado
REQUISITOS DA CONTRATADA	
SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?	<div>Qual?</div> <input type="checkbox"/> Sim. <div>Por quê?</div> <input checked="" type="checkbox"/> Não.
QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS	<input checked="" type="checkbox"/> Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual. <input type="checkbox"/> Registro na entidade profissional competente. <input type="checkbox"/> Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento para o cumprimento da futura obrigação contratual com a comprovação de qualificação técnica de cada membro da equipe técnica responsável pela execução dos trabalhos.

☐ Atestado de responsabilidade técnica relativos à qualificação técnico-profissional com comprovação de registro em conselho profissional competente, quando for o caso.

☒ Atestado de capacidade, relativo à qualificação técnico operacional.

☐ Outro previsto em lei especial.

**Especificar:**

**Justificativa:** Atestado de Capacidade Técnica: fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante executou de forma satisfatória objeto pertinente e compatível com o da licitação, devendo comprovar o serviço de locação de veículos, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da quantidade do objeto licitado ou do item da licitação a que concorre, considerando o item para o qual foi classificado, sendo admitida a somatória de atestados para atingir o quantitativo mínimo, desde que os serviços tenham sido executados concomitantemente (ao mesmo tempo). O atestado deverá conter a identificação do signatário responsável, bem como meios de contato (telefone e/ou email, etc) que possibilitem a realização de diligências para esclarecimento de dúvidas relativas às informações prestadas.

(As comprovações exigidas são essenciais para que o licitante possa demonstrar de forma inequívoca que possui as condições necessárias para cumprir o acordo a ser firmado com a COSANPA, a qual possibilita a verificação das condições do licitante para executar as atividades pertinentes ao futuro contrato. (II, Art. 58 da Lei nº 13.303/2016)

	<input type="checkbox"/> Não será exigida prova de qualificação técnica em razão da baixa complexidade da contratação.
<b>HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <b>Especificar:</b> Redução da emissão de poluentes e gases de efeito estufa e adoção de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente. <input type="checkbox"/> Não.
<b>HÁ PREVISÃO DE VISTORIA?</b>	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.
<b>FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO</b>	
<b>COMO O SERVIÇO SERÁ PRESTADO?</b>	<input type="checkbox"/> O serviço será prestado conforme emissão de ordem de serviço. <input checked="" type="checkbox"/> O serviço terá início imediato a partir da assinatura do contrato, respeitado o prazo de entrega de veículos estabelecido no Anexo I.
<b>LOCAL E HORA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO</b>	Anexo I – Informações Complementares
<b>PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO</b>	
<b>PRAZO DO CONTRATO</b>	<input checked="" type="checkbox"/> 12 meses. <input type="checkbox"/> Outro
<b>HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim, nas hipóteses do art. 81 da Lei Federal nº 13.303/16. <input type="checkbox"/> Não.
<b>FORMA DE PAGAMENTO</b>	<b>Meio</b> Ordem bancária.
	<b>Onde?</b> Conta corrente da contratada
	<b>Qual o prazo?</b> Até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada.
	<b>Prova da regularidade fiscal</b> A regularidade fiscal pode ser provada: 1. por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante; ou 2. pela apresentação dos documentos constantes no 9º do Decreto Estadual nº 2.121/2018, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.

<b>QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> 5% do valor inicial do contrato. <input type="checkbox"/> Não há.	<b>Justificativa:</b> Garantir o cumprimento de condições, prazos e custos do contrato.
-------------------------------------	--	---

Belém (PA), 28 de abril de 2026.

**FÁBIO DA CUNHA FURTADO**  
Gerente de Transportes  
DRT nº 20228-2

**ANEXO I****INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES****1. DISTRIBUIÇÃO DOS VEÍCULOS**

REGIONAL	MODELOS					TOTAL
	PASSEIO HATCH	PICK UP 4X2	PICK UP 4X4	EXECUTIVO SEDAN	EXECUTIVO SUV	
REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM	12	19	12	06	01	50
<b>TOTAL POR MODELO</b>	<b>12</b>	<b>19</b>	<b>12</b>	<b>06</b>	<b>01</b>	<b>50</b>



## 2. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA POR MODELO

### a) MODELO: Passeio

Modelo Passeio – Características MÍNIMAS a serem contempladas	
Tipo	Hatch
Ano de Fabricação/ Modelo	2025/2025 ou superior; 0 (Zero) KM
Potência	Mínima de 75 CV com gasolina
Câmbio	Manual ou Automático
Direção	Hidráulica ou Elétrica
Capacidade do Porta Malas	Mínima 300 litros
Combustível	Flex (Gasolina/ Etanol)
Portas	04 portas
Capacidade de Ocupantes	05 ocupantes (contando com motorista)
Freios	ABS
Rodas	Aro mínimo 14", em aço ou liga leve
Air Bag	Frontais (Motorista e Passageiro)
Ar Condicionado	Sim
Travas Elétricas	Sim
Alarme	Sim
Vidros elétricos	Dianteiros e Traseiros
Sensor de Estacionamento Traseiro	Sim
Acessórios Obrigatórios	Todos em conformidade com o CONTRAN
Bancos	Tecido ou Couro
Rádio AM/FM, Bluetooth e Entrada USB	Sim
Quilometragem Contratual	Livre
Seguro obrigatório total sem ônus à COSANPA	Sim
Película de controle solar (em grau permitido por lei)	Sim (Apenas quando solicitado pela COSANPA)
Cor	Preta/ Branca/ Prata (De acordo com a disponibilidade da Contratada)
Modelos de Referência	VW Polo; Chevrolet Ônix; Hyundai HB20; Ou qualidade superior.

**b) MODELO: Pick-Up 4x2 Cabine Dupla**

<b>Modelo Pick-Up 4x2 Cabine Dupla – Características MÍNIMAS a serem contempladas</b>	
<b>Tipo</b>	4x2 Cabine Dupla
<b>Ano de Fabricação/ Modelo</b>	2025/2025 ou superior; 0 (Zero) KM
<b>Potência</b>	Mínima de 106 CV com gasolina
<b>Tração</b>	Dianteira (4x2)
<b>Câmbio</b>	Manual ou Automático
<b>Direção</b>	Hidráulica ou Elétrica
<b>Capacidade da Caçamba</b>	Mínima 683 litros
<b>Combustível</b>	Flex (Gasolina/ Etanol)
<b>Portas</b>	04 portas
<b>Capacidade de Ocupantes</b>	05 ocupantes (contando com motorista)
<b>Freios</b>	ABS
<b>Rodas</b>	Aro mínimo 15", em aço ou liga leve
<b>Air Bag</b>	Frontais (Motorista e Passageiro)
<b>Ar Condicionado</b>	Sim
<b>Travas Elétricas</b>	Sim
<b>Alarme</b>	Sim
<b>Vidros elétricos</b>	Dianteiros e Traseiros
<b>Sensor de Estacionamento Traseiro</b>	Sim
<b>Acessórios Obrigatórios</b>	Todos em conformidade com o CONTRAN
<b>Bancos</b>	Tecido ou Couro
<b>Rádio AM/FM, Bluetooth e Entrada USB</b>	Sim
<b>Quilometragem Contratual</b>	Livre
<b>Seguro obrigatório total sem ônus à COSANPA</b>	Sim
<b>Película de controle solar (em grau permitido por lei)</b>	Sim (Apenas quando solicitado pela COSANPA)
<b>Protetor de Caçamba</b>	Sim
<b>Capota Marítima</b>	Sim
<b>Caracterização visual (plotagem)</b>	Sim
<b>Rack removível em aço ("Gigante") para caçamba, suporte para escadas, tubos, varas em aço</b>	Sim (Apenas quando solicitado pela COSANPA)
<b>Cor</b>	Preta/ Branca/ Prata (De acordo com a disponibilidade da Contratada)
<b>Modelos de Referência</b>	Renault Oroch; Chevrolet Montana; Fiat Strada; Ou qualidade superior.

c) **MODELO: Pick-Up 4x4 Cabine Dupla**

<b>Modelo Pick-Up 4x4 Cabine Dupla – Características MÍNIMAS a serem contempladas</b>	
<b>Tipo</b>	4x4 Cabine Dupla
<b>Ano de Fabricação/ Modelo</b>	2025/2025 ou superior; 0 (Zero) KM
<b>Potência</b>	Mínima de 170 CV com diesel
<b>Tração</b>	04 rodas (4x4)
<b>Câmbio</b>	Manual ou Automático
<b>Direção</b>	Hidráulica ou Elétrica
<b>Capacidade da Caçamba</b>	Mínima 1.000 litros
<b>Combustível</b>	Diesel
<b>Portas</b>	04 portas
<b>Capacidade de Ocupantes</b>	05 ocupantes (contando com motorista)
<b>Freios</b>	ABS
<b>Rodas</b>	Aro mínimo 17", em aço ou liga leve
<b>Air Bag</b>	Frontais (Motorista e Passageiro)
<b>Ar Condicionado</b>	Sim
<b>Travas Elétricas</b>	Sim
<b>Alarme</b>	Sim
<b>Vidros elétricos</b>	Dianteiros e Traseiros
<b>Sensor de Estacionamento Traseiro</b>	Sim
<b>Acessórios Obrigatórios</b>	Todos em conformidade com o CONTRAN
<b>Bancos</b>	Tecido ou Couro
<b>Rádio AM/FM, Bluetooth e Entrada USB</b>	Sim
<b>Quilometragem Contratual</b>	Livre
<b>Seguro obrigatório total sem ônus à COSANPA</b>	Sim
<b>Película de controle solar (em grau permitido por lei)</b>	Sim (Apenas quando solicitado pela COSANPA)
<b>Protetor de Caçamba</b>	Sim
<b>Capota Marítima</b>	Sim
<b>Rack removível em aço ("Gigante") para caçamba, suporte para escadas, tubos, varas em aço</b>	Sim (Apenas quando solicitado pela COSANPA)
<b>Cor</b>	Preta/ Branca/ Prata (De acordo com a disponibilidade da Contratada)
<b>Kit strobo LED na dianteira e traseira e Sirene</b>	Sim (Apenas quando solicitado pela COSANPA)
<b>Modelos de Referência</b>	Toyota Hilux; Chevrolet S10; Ford Ranger; Ou qualidade superior.

d) **MODELO: Executivo Sedan**

<b>Modelo Executivo – Características MÍNIMAS a serem contempladas</b>	
<b>Tipo</b>	Sedan
<b>Ano de Fabricação/ Modelo</b>	2025/2025 ou superior; 0 (Zero) KM
<b>Motorização</b>	Motor 1.5 aspirado (gasolina) combinado com motor elétrico.
<b>Potência Combinada</b>	Mínima de 235 CV (potência combinada)
<b>Câmbio</b>	Automático
<b>Direção</b>	Elétrica
<b>Capacidade do Porta Malas</b>	Mínima 450 litros
<b>Combustível</b>	Gasolina / Eletricidade
<b>Portas</b>	04 portas
<b>Capacidade de Ocupantes</b>	05 ocupantes (contando com motorista)
<b>Freios</b>	ABS
<b>Rodas</b>	Aro mínimo 17", em liga leve
<b>Air Bag</b>	Frontais (Motorista e Passageiro)
<b>Ar Condicionado</b>	Sim
<b>Travas Elétricas</b>	Sim
<b>Alarme</b>	Sim
<b>Vidros elétricos</b>	Dianteiros e Traseiros
<b>Sensor de Estacionamento Traseiro</b>	Sim
<b>Acessórios Obrigatórios</b>	Todos em conformidade com o CONTRAN
<b>Bancos</b>	Couro / Misto (couro e tecido)
<b>Kit Multimídia</b>	Sim
<b>Rádio AM/FM, Bluetooth e Entrada USB</b>	Sim
<b>Quilometragem Contratual</b>	Livre
<b>Seguro obrigatório total sem ônus à COSANPA</b>	Sim
<b>Película de controle solar (em grau permitido por lei)</b>	Sim
<b>Cor</b>	Preta
<b>Kit strobo LED na dianteira e traseira e Sirene</b>	Sim (Apenas quando solicitado pela COSANPA)
<b>Modelos de Referência</b>	BYD King (GS); Ou qualidade superior.

e) **MODELO: Executivo SUV**

<b>Modelo Executivo – Características MÍNIMAS a serem contempladas</b>	
<b>Tipo</b>	SUV
<b>Ano de Fabricação/ Modelo</b>	2025/2025 ou superior; 0 (Zero) KM
<b>Motorização</b>	2.0
<b>Potência</b>	Mínima de 272 CV com gasolina Mínima de 204 CV com diesel
<b>Câmbio</b>	Automático
<b>Direção</b>	Elétrica
<b>Capacidade do Porta Malas</b>	Mínima 500 litros (na configuração de 05 lugares)
<b>Combustível</b>	Flex (Gasolina/ Etanol) ou Diesel
<b>Portas</b>	04 portas
<b>Capacidade de Ocupantes</b>	07 ocupantes (contando com motorista)
<b>Freios</b>	ABS
<b>Rodas</b>	Aro mínimo 18”, em liga leve
<b>Air Bag</b>	Frontais (Motorista e Passageiro)
<b>Ar Condicionado</b>	Sim
<b>Travas Elétricas</b>	Sim
<b>Alarme</b>	Sim
<b>Vidros elétricos</b>	Dianteiros e Traseiros
<b>Sensor de Estacionamento Traseiro</b>	Sim
<b>Acessórios Obrigatórios</b>	Todos em conformidade com o CONTRAN
<b>Bancos</b>	Couro / Misto (couro e tecido)
<b>Kit Multimídia</b>	Sim
<b>Rádio AM/FM, Bluetooth e Entrada USB</b>	Sim
<b>Quilometragem Contratual</b>	Livre
<b>Seguro obrigatório total sem ônus à COSANPA</b>	Sim
<b>Película de controle solar (em grau permitido por lei)</b>	Sim
<b>Cor</b>	Preta
<b>Kit strobo LED na dianteira e traseira e Sirene</b>	Sim (Apenas quando solicitado pela COSANPA)
<b>Modelos de Referência</b>	Toyota SW4; Jeep Commander; Ou qualidade superior.



### 3. ENTREGA DOS VEÍCULOS

3.1. Caberá à CONTRATADA a responsabilidade pela entrega e pelos custos operacionais relativos à entrega dos veículos nos locais indicados pela CONTRATANTE, incluindo seguro, até os endereços de destino (CIF). Conforme detalhado:

REGIONAL	ENDEREÇOS DE ENTREGA DOS VEICULOS	HORÁRIO
REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM	<b>Unidade Executiva de Transportes-UETR</b> Av. João Paulo II, s/n, esquina da Rua do Utinga. Bairro: Curió-Utinga CEP: 66610-010 – Belém/PA <i>Referência: Entrada pelo Ideflor-Bio</i>	Comercial: 08h às 12h e 13h às 17h

**3.2. O prazo para a entrega dos veículos será de no máximo 30 (trinta) dias corridos, após a assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, mediante justificativa apresentada pela CONTRATADA;**

3.3. A COSANPA não assumirá qualquer responsabilidade por veículos, materiais e/ou equipamentos que não estiverem formalmente entregues e recebidos pelos empregados encarregados no local do endereço de entrega indicado. Também não responderá pela vigilância e/ou conservação do patrimônio de terceiros, porventura deixados ou mantidos na região externa de cada local da COSANPA, em qualquer dia, horário ou circunstância;

3.4. Os veículos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

3.5. A CONTRATADA deverá comunicar à administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que anteceder a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.6. Caberá à CONTRATADA a responsabilidade pela retirada e pelos custos operacionais relativos à devolução dos veículos nos locais indicados pela CONTRATANTE, incluindo seguro, até os endereços de destino (CIF), quando do término do Contrato.

#### 4. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1. Os veículos deverão estar devidamente licenciados pelos órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito, regulamentadas pelo DENATRAN e DETRAN;
- 4.2. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por todos os encargos relativos aos veículos, como IPVA, seguro obrigatório e outros, previstas no Código de Trânsito Brasileiro. Assim como, fornecer documentação regularizada para que seja utilizada nos veículos fornecidos;
- 4.3. A CONTRATADA deverá apresentar a relação dos veículos, em até 02 (dois) dias úteis antes do previsto para a efetiva entrega dos veículos, onde deverá constar: marca, modelo, cor, placa, ano de fabricação, KM (odômetro), tipo de combustível, número RENAVAM e chassi dos veículos, para procedimentos de cadastro no sistema de combustível utilizado pela CONTRATADA;
- 4.4. Os veículos serão objeto de vistoria, anotando-se na “Ficha de Vistoria”, fornecida pela CONTRATADA, todas as observações sobre seu estado, por ocasião de sua entrega e devolução;
- 4.5. Os veículos deverão ser entregues com o reservatório de combustível abastecido em sua capacidade máxima;
- 4.6. A CONTRATADA deverá especificar mediante documento o tipo de combustível abastecido no veículo;
- 4.7. A CONTRATADA deverá manter junto ao Gestor do Contrato, um representante e/ou preposto para acompanhamento das atividades, com poderes de substituir, acrescentar ou diminuir o número de veículos locados;
- 4.8. A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento das multas decorrentes de infrações de trânsito cometidas na condução dos veículos locados e solicitar posteriormente o reembolso dos valores junto a CONTRATANTE;
- 4.9. A CONTRATANTE se responsabiliza em realizar a indicação do real infrator sempre que notificada pela CONTRATADA;
- 4.10. A CONTRATANTE, quando da devolução do veículo à CONTRATADA, deverá fazê-lo com o tanque abastecido em sua capacidade máxima e com o mesmo tipo de combustível que recebeu da CONTRATADA;
- 4.11. Caberá ao empregado designado ao recebimento dos veículos aceitar, rejeitar totalmente ou em parte, qualquer veículo que não esteja de acordo com as exigências, bem como determinar prazo para substituição do mesmo eventualmente fora de especificação;

4.12. A CONTRATADA realizará as suas custas, sempre que necessário, a caracterização visual do veículo (plotagem), em razão da colocação de adesivos e logotipos da COSANPA, conforme arte fornecida pela CONTRATANTE;

4.13. A CONTRATADA realizará as suas custas, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a lavagem/higienização dos veículos, conforme descrito:

- **SEMANALMENTE : LAVAGEM SIMPLES:** rápida, essa lavagem prioriza a lataria. O interior é aspirado e os pneus ganham atenção também, não inclui lavagem do motor.

## 5. MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS

5.1. A CONTRATADA se comprometerá a manter os veículos e equipamentos em boas condições operacionais, mecânicas e elétricas, funilaria, pintura e pneus, executando regulagens e reparos necessários e substituindo as peças que, por defeito ou desgaste normal, prejudiquem o seu bom desempenho;

5.2. As manutenções dos veículos serão realizadas mediante solicitação do CONTRATANTE, através de ordem de serviço, encaminhada via e-mail ou aplicativo de mensagem;

5.3. Os técnicos da CONTRATADA, desde que devidamente identificados, terão livre acesso aos veículos e equipamentos locados para fins de execução de consertos ou substituição de peças;

5.4. Todos os reparos de veículos e equipamentos (avarias) serão de responsabilidade da CONTRATADA;

5.5. Os pneus com desgaste normal deverão ser substituídos pela CONTRATADA no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a solicitação da CONTRATANTE, através de emissão de Ordem de Serviço;

5.6. Quando os veículos e equipamentos necessitarem de serviços de manutenção externa, a CONTRATADA será responsável pela sua retirada e devolução;

5.7. Todos os veículos deverão receber a adequada e devida manutenção preventiva e/ou corretiva, conforme recomendações do fabricante;

5.8. A CONTRATADA deverá arcar com as despesas relativas à troca de óleo/lubrificantes, filtros e demais suprimentos e peças, necessários ao fiel cumprimento do objeto do contrato;

5.9. A troca de óleo/lubrificantes, filtros e demais suprimentos não poderá ser em prazo superior ao estabelecido no Manual do Veículo, fornecido pelo Fabricante;

5.10. A CONTRATADA deverá providenciar a **imediata reposição dos veículos que estejam indisponíveis, por veículos de igual especificação ou qualidade superior, podendo ser seminovo com quilometragem não superior a 25.000km**, seja por manutenção preventiva, seja por manutenção corretiva, avarias ou acidentes, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas;

5.11. Toda a responsabilidade por dano, avaria de qualquer espécie, colisão, roubo, incêndio ou perda total que ocorrer com o veículo dado em locação será de inteira e única responsabilidade da CONTRATADA, salvo os casos em que o agente público tenha concorrido para tal, através de dolo ou culpa, o que somente será apurado em processo administrativo interno, com registro de ocorrência policial pelo condutor do veículo ou responsável imediato;

5.12. Em todas as ocorrências, avarias, acidentes, furto, roubo ou incêndio, independentemente de quem tiver dado causa, os veículos deverão ser substituídos por outro do mesmo nível contratado, sem custo adicional para a CONTRATANTE, de acordo com os prazos e quantitativos estabelecidos neste documento, não isentando a responsabilidade objetiva da COSANPA em reparar o dano caso haja a comprovação da culpa ou dolo do agente público, mediante processo administrativo, com registro de ocorrência policial pelo condutor do veículo ou responsável imediato;

5.13. Avarias relacionadas ao mau uso do veículo, constatadas na devolução do mesmo ou no decorrer do contrato, como pneus cortados, para-choques quebrados, para-brisa quebrado, arranhões em para-choque, calota quebrada, entre outros são de total responsabilidade da CONTRATADA, de modo que se sugere que a mesma possua seguro com as coberturas adequadas para esses casos, podendo a CONTRATANTE arcar com os custos da franquia, desde que comprovado dolo ou culpa do agente público através de processo administrativo;

5.14. A CONTRATADA deverá prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas, com plantão para atendimento e socorro dos veículos, divulgando com antecedência o contato para acionamento, quando necessário;

5.15. Sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá comprovar a efetivação do seguro e de sua renovação periódica, mediante o envio de cópia atualizada da Apólice do Seguro;

5.16. Em havendo a renovação do contrato inicialmente firmado, A CONTRATADA deverá substituir os veículos que atingirem 02 (dois) anos de uso, bem como aqueles que registraram 100.000 km rodados, o que ocorrer primeiro, por veículos, dentro da aceitação inicial contratual deste termo;

5.17. Os veículos substituídos, conforme item anterior, deverão ser ZERO KM.

## 6. SEGURO VEICULAR

6.1. A CONTRATADA deverá manter os veículos segurados, contratando para isso obrigatoriamente Seguro Total, responsabilizando-se pelo pagamento eventual de franquia, com cobertura compreensiva para roubo, furto, incêndio, colisão, danos materiais e pessoais, inclusive contra terceiros, e quaisquer casos fortuitos ou de força maior, durante todo o prazo de vigência contratual. Caso seja comprovado, através de Laudo Pericial e boletim de ocorrência policial a culpa ou dolo do condutor no sinistro, ficará a cargo da CONTRATANTE o pagamento integral da franquia;

6.2. O seguro deverá possuir no mínimo as coberturas abaixo expressas, devendo ser anexado ao contrato, cópias das apólices que comprovam a contratação do serviço.

6.3. Seguro total, conforme a seguir:

- a) Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos-RCF no valor mínimo contratado de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- b) Colisão, incêndio, roubo ou furto do veículo ou de itens do automóvel e seus acessórios (central de mídia, alto-falantes, antenas, etc.);
- c) Assistência 24 horas completa (guincho, chaveiro, pane elétrica, pane mecânica, troca de pneus sem condições de uso); acidentes pessoais dos passageiros do veículo-APP, no mínimo de R\$15.000,00 (quinze mil reais) por ocupante;
- d) Prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas, com plantão para atendimento e socorro, por intermédio de sistema de comunicação a ser informado no ato de entrega do veículo.



## 7. PROPOSTA E FORMAÇÃO DE PREÇOS

7.1. A proposta deverá conter a descrição do serviços/modelos ofertados, as quantidades e os valores unitários, mensal e total do objeto deste termo e deverá manter conformidade com suas especificações, conforme detalhado abaixo:

REGIONAL	MODELO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)		
			UNITÁRIO	MENSAL TOTAL	ANUAL TOTAL
RMB	Passeio Hatch (Especificar modelo/versão)	12			
	Pick-up 4x2 (Especificar modelo/versão)	19			
	Pick-up 4x4 (Especificar modelo/versão)	12			
	Executivo Sedan (Especificar modelo/versão)	06			
	Executivo SUV (Especificar modelo/versão)	01			
TOTAL GERAL		50			

7.2. A validade da proposta não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias a contar da data de sua apresentação.

## 8. GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O Nos termos do art. 154 e seguintes do RILC da COSANPA, será designado para fazer a gestão do contrato, acompanhar e fiscalizar os serviços contratados, o titular da **Unidade Executiva de Transporte (UETR)**, a quem competirá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;

8.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.4. O Gestor/Fiscal do Contrato terá poderes para:

- a) Sustar qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com a norma técnica ou que atente contra os bens da CONTRATANTE e/ou terceiros;
- b) Recusar qualquer trabalho ou material que não se enquadre nas especificações e padrões da CONTRATANTE exigidos pelo Contrato;
- c) Ordenar a retirada do empregado da CONTRATADA que dificultar a sua ação fiscalizadora, ou cuja permanência em serviços seja inconveniente, a exclusivo critério da fiscalização.

## 9. REAJUSTE DE PREÇOS

9.1. Os preços serão reajustados com base no INPC/IBGE do período, nos termos do art. 151, §1º do RILC da COSANPA.

## 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Prestar aos funcionários da CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados, proporcionando todas as facilidades necessárias à boa execução dos serviços;

10.2. Garantir instalações para a guarda e estacionamento dos veículos objeto do contrato;

10.3. Caberá à CONTRATANTE as despesas com o fornecimento de motorista e combustível;

10.4. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo;

10.5. Não permitir que os empregados da CONTRATADA executem tarefas em desacordo com as normas estabelecidas no Contrato e Termo de Referência;

10.6. Comunicar à CONTRATADA quaisquer irregularidades observadas na execução dos serviços contratados determinando as medidas necessárias à sua imediata regularização;

10.7. Garantir que a utilização dos veículos locados será adstrita às atividades da CONTRATANTE;

10.8. Entregar, ao final do contrato, os veículos totalmente abastecidos, em sua máxima capacidade;

10.9. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por empregado especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem

como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.10. Proceder com os pagamentos devidos à CONTRATADA, em conformidade com as cláusulas contratuais.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. A CONTRATADA deverá cumprir fielmente as disposições previstas na legislação vigente, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COSANPA (arts. 172 a 175) e no contrato, atuando em consonância com os princípios da probidade e da boa-fé;

11.2. Manter, durante o período de vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, qualificação e regularidade exigidas no termo de referência;

11.3. Informar, por escrito, nome e telefone de seu preposto, com competência para representá-la, tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos, manter entendimentos e receber comunicações;

11.4. Fornecer a CONTRATANTE o endereço eletrônico (e-mail), devendo acompanhar o mesmo diariamente, através do qual serão enviadas as Ordens de Serviço e as demais trocas de correspondências;

11.5. Manter durante toda a vigência do contrato, estrutura administrativa mínima que suporte os compromissos assumidos com a CONTRATANTE, ou seja, um escritório ou base operacional em um dos municípios da Região Metropolitana de Belém, à suas expensas, com endereço fixo e telefone. Caso ainda não possua, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, após a assinatura do Contrato, para fazê-lo;

11.6. Arcar com despesas decorrentes de qualquer falta ou infração praticada por seus funcionários quando relacionados com a execução dos serviços ou quando nas dependências da CONTRATANTE;

11.7. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE e/ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

11.8. Comunicar por escrito à Fiscalização do Contrato, por meio do representante indicado como preposto, qualquer anormalidade ou irregularidade observada ao longo da execução do contrato e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;

11.9. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Fiscalização do Contrato, atendendo prontamente às reclamações/solicitações formuladas e relatando toda e qualquer irregularidade observada;

11.10. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência sem a prévia autorização da CONTRATANTE;

11.11. Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pela CONTRATANTE.

## **12. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

12.1. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN no 1.751, de 2/10/2014;

12.2. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, instituída pela Lei Federal nº 12.440/11;

12.4. Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.5. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.6. Caso o(s) licitante(s) detentor(res) do(s) melhor(res) lance(s) seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

## **13. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

13.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, Recuperações Judiciais e Extrajudiciais expedida pelo distribuidor da sede jurídica da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias quando não houver prazo de validade expresse;

13.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser

atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

**a) A comprovação da boa situação da empresa será verificada individualmente, através dos índices contábeis abaixo:**

- ILC: Índice de Liquidez Corrente igual ou superior a 1,00;
- ILG: Índice de Liquidez Geral igual ou superior a 1,00;
- SG: Solvência Geral igual ou superior a 1,00.

**Fórmulas de Cálculo:**

$$ILC = AC/PC$$

$$ILG = (AC + ARLP) / (PC + P-NC)$$

$$SG = \{ AT / (PC + P-NC) \}$$

**Siglas:**

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo

P-NC = Passivo não Circulante

AT = Ativo Total

13.3. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

13.4. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

13.5. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social;

13.6. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

13.7. A proponente deverá comprovar que possui patrimônio líquido no valor de 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data de sua apresentação, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses, para demonstrar sua boa situação financeira.

## 14. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO PAGAMENTO

14.1. A avaliação da execução/medição do objeto, para efeitos de faturamento, dar-se-á de forma mensal, tornando necessária correção sempre que a CONTRATADA:

- a) Não atender a demanda conforme o solicitado, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida os serviços contratados.

14.2. O pagamento ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias, contados após a apresentação e aceitação da NOTA FISCAL e demais documentos no setor financeiro da COSANPA, desde que não ocorra fator imperativo provocado pela CONTRATADA, através de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA a ser indicada pela mesma. Observe-se que a DANFE correspondente à NOTA FISCAL deve estar atestada, visada e aceita pela unidade de fiscalização e gerenciamento do Contrato;

14.3. A Nota Fiscal apresentada pela CONTRATADA deverá estar acompanhada de:

- a) Certidões: CND junto ao INSS, do CRF junto à CEF; bem como ainda as demais certidões negativas emitidas pelos órgãos competentes dos governos municipais, estaduais e federais, no que for pertinente, conforme a natureza da operação e as exigências legais.

14.4. Todos os serviços prestados serão contabilizados de acordo com os itens e as quantidades contratadas, **efetivamente solicitadas/ realizadas e pelos preços aprovados** pela COSANPA;

14.5. O processo de pagamento deverá também obedecer às cláusulas do contrato firmado entre a COSANPA e a empresa CONTRATADA;

14.6. São de inteira responsabilidade da CONTRATADA todas e quaisquer deduções ou interpretações diferentes destes critérios e condições de pagamentos, fornecidos pela COSANPA.

## 15. DAS PENALIDADES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1. Pela inexecução total ou parcial deste contrato a empresa CONTRATADA incorre nas seguintes sanções:

15.1.1. A CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações referidas no inciso III, do art. 203, do Regimento Interno de Licitações e Contratos da COSANPA-RILC:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;



- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo.

15.1.2. A CONTRATANTE poderá cumulativamente aplicar à CONTRATADA:

- a) Advertência por escrito, no caso de pequenas falhas, atrasos e /ou irregularidade;
- b) Multa compensatória no percentual de 5% (cinco por cento), calculadas sobre o valor total da contratação, pela recusa em assinar o instrumento contratual, no prazo máximo de 10 (dez) dias, após regularmente convocada por meio de mensagem eletrônica (email) enviada para o endereço eletrônico informado pela licitante vencedora, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas neste Contrato;
- c) Multa variável de 2% (dois por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato, de acordo com o grau de inadimplemento, a critério da Diretoria da Contratante;
- d) Multa de 10% (dez por cento) do preço global do Contrato, quando ocasionar sua rescisão por culpa da CONTRATADA.

15.1.3. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou cobrada judicialmente;

15.1.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui a possibilidade de aplicação de outras previstas na Lei nº 13.303/2016 e Regimento Interno de Licitações e Contratos da COSANPA-RILC, inclusive a responsabilização da Contratada, por eventuais perdas e danos causados à CONTRATANTE;

15.1.5. A multa aplicada deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar da data da comunicação oficial que especificará o procedimento para efetivação do recolhimento;

15.1.6. A sanção prevista na alínea “a”, do item 15.1.2, poderá ser aplicada com incidência de multas, previstas nas alíneas “b”, “c” e “d”, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

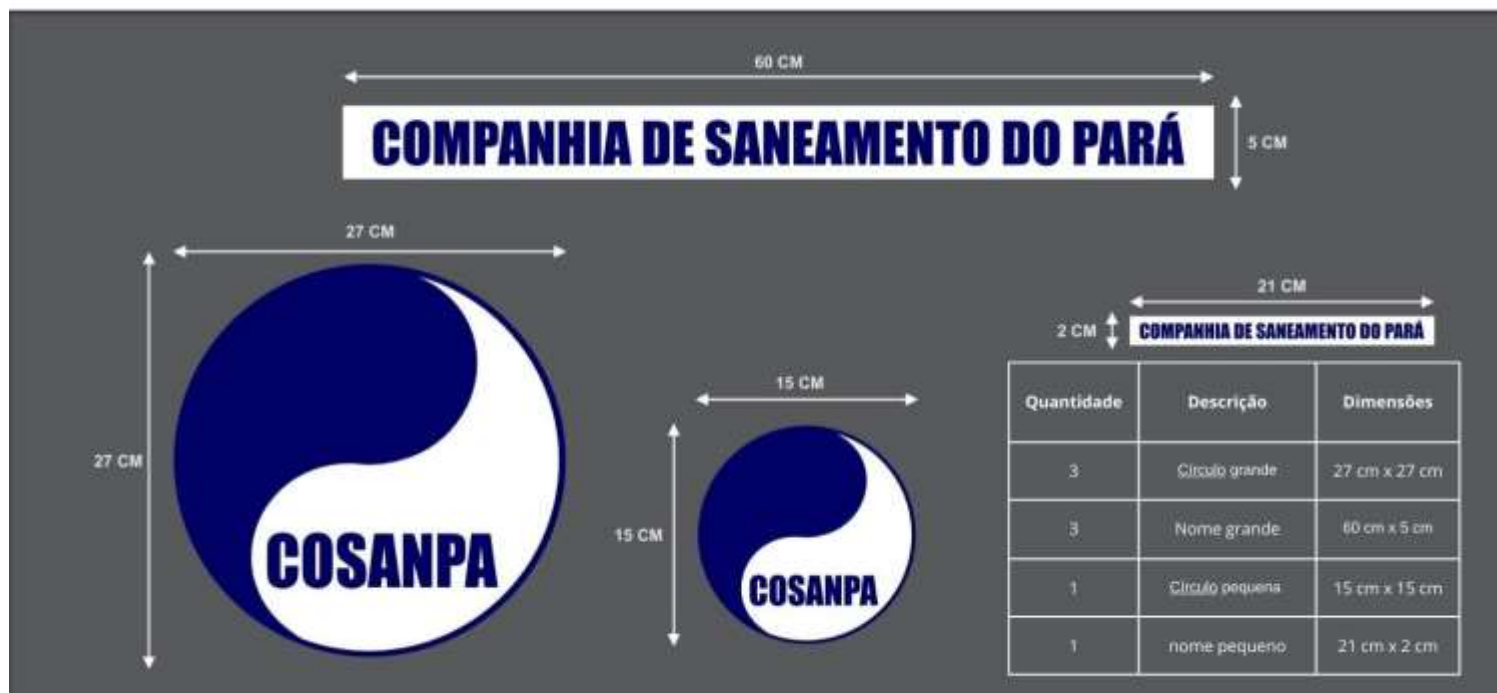
**Belém(PA), 28 de abril de 2026.**

**FÁBIO DA CUNHA FURTADO**  
**Gerente de Transportes**

## ANEXO II

### MODELO DE CARACTERIZAÇÃO VISUAL (PLOTAGEM)

*Quando solicitado*



### ANEXO III

#### MATRIZ DE RISCOS

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização do Risco	Mitigação	Alocação	Responsabilidade	
					COSANPA	CONTRATADA
Escopo de Fornecimento / Conformidade	Imperfeições nas Especificações e/ou Quantitativos Contratados	Atraso no cronograma Aumento dos custos	Análise cuidadosa do edital nas fases de publicação, aceitação da proposta e na formalização do contrato.	A CONTRATANTE assumirá o risco decorrente de erros na determinação das especificações e/ou quantitativos dos fornecimentos previstos no edital e/ou nas propostas aceitas.	X	
Modificação das especificações dos serviços	Administração poderá modificar especificações dos serviços, modificar ou ampliar escopo.	Aumento no prazo e custos.	Reequilíbrio econômico-financeiro aditivo contratual (excepcional).	Administração	X	
Regulatório e legislativo	Alteração nas regulações dos serviços prestados ou na legislação de modo a afetar a prestação dos serviços	Custos adicionais	Reequilíbrio econômico-financeiro aditivo contratual	Administração	X	
Término antecipado	Decretação de caducidade do contrato por insuficiência de desempenho da CONTRATADA	Atraso no cronograma	Extinção do contrato	CONTRATADA		X
	Rescisão contratual consensual	Atraso no cronograma		Compartilhada	X	X

	Força maior- eventos da natureza	Atraso no cronograma		Compartilhada	X	X
Intervenção por descumprimento do contrato por parte da CONTRATADA	Descumprimento de condições contratuais pela CONTRATADA	Atraso no cronograma. Custos adicionais	Notificação extrajudicial. Aplicação de multas contratuais	CONTRATADA		X
Risco Social ou de Insegurança Pública	Problemas relacionados a interação com a comunidade, também incluindo extravios, furtos ou roubos.	Atraso no cronograma. Aumento dos custos. Processos e custas legais.	A CONTRATADA deverá elaborar estudos e levantamentos, considerando as necessidades de convivência e de segurança na interação com as comunidades locais.	CONTRATADA		X
Responsabilidade Civil	Greves ou ações imprevistas das empresas CONTRATADAS, danos materiais, pessoais e morais causados à COSANPA e/ou a terceiros.	Aumento dos custos, prejuízos e/ou processo judiciais, atrasos ou suspensão dos fornecimentos contratados.	Responsabilidade Civil geral; Seguro responsabilidade civil	CONTRATADA		X



COMPANHIA  
DE SANEAMENTO  
DO PARÁ



## MINUTA

CONTRATO Nº **XX/2026** – COSANPA.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO  
QUE ENTRE SI CELEBRAM COMPANHIA DE  
SANEAMENTO DO PARÁ E A EMPRESA  
XXXXXXX.**

Pelo presente instrumento particular, **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA**, Sociedade de Economia Mista Estadual por ações, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.945.341/0001-90, e com sede na Avenida Magalhães Barata, nº 1201, bairro São Brás, Belém – Pará, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Presidente, Sr. **José Dilson Melo de Souza Júnior**, brasileiro, casado, portador do RG nº 1.688.476 Segup-PA e CPF nº 426.627.292-87, por seu Diretor Financeiro e de Mercado, Sr. **Vitor Augusto da Silva Borges**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 2761669 e CPF nº 514.629.402-00, e por seu Diretor de Gestão de Logística, Sr. **Jeanderson da Silva Saraiva**, brasileiro, portador do RG nº 29.179 PMPA e CPF nº 704.470.712-20, e a empresa **XXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **XXXXXXXX**, com endereço **XXXXXXXXXXXX**, CEP: **XXXXXXXX**, Telefone: **XXXXXXXX**, endereço eletrônico: **XXXXXXXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por sua Representante Legal, Sr(a). **XXXXXXXX**, inscrita no CPF nº **XXXXXXXX** e portadora da Carteira de Identidade nº **XXXXXXX**, têm entre si justa e contratada a assinatura deste instrumento, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XXXXX/2026 – COSANPA**, e com observância da Lei Federal nº 13.303 de 30.06.2016, do Decreto Estadual nº 2.121 de 28.06.2018, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COSANPA - RILC, e dos preceitos de direito privado, mediante as seguintes Cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:** Este Instrumento tem como objeto a prestação de serviços de locação de veículos, com implementos e acessórios necessários, destinados ao atendimento das atividades operacionais da COSANPA na Região Metropolitana de Belém, compreendendo lote único composto pelos quantitativos e especificações constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 001/2026/UETR** e seus anexos.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO:** Este Contrato rege-se pelas disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, do Decreto Estadual nº 2.121/2018, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COSANPA – RILC, pelo Edital do Pregão Eletrônico nº **XXX/2026** e pelo Termo de Referência nº 001/2026/UETR.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:** O contrato será executado sob regime de prestação contínua, sem dedicação exclusiva de mão de obra, observando:

I – início da execução a partir da assinatura;

II – disponibilização dos veículos conforme necessidade da **CONTRATANTE**;

III – entrega inicial no prazo de até 30 dias, prorrogável por igual período, mediante justificativa aceita pela **CONTRATANTE**;

IV – substituição de veículos em até 10 dias quando não conformes.

**CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:** Os serviços serão prestados de forma contínua, podendo a fiscalização emitir ordens operacionais, comunicações ou solicitações

(91) 3251-7810  
gabinete.cosanpa@cosanpa.pa.gov.br  
Av. Magalhães Barata, 1201  
Cep: 66.060-901  
Belém - Pará

cosanpa  
cosanpa  
cosanpaoficial



complementares para acompanhamento da execução contratual, sem prejuízo do início automático da execução após assinatura do contrato.

**CLÁUSULA QUINTA – DA ENTREGA E DEVOLUÇÃO DOS VEÍCULOS:** A entrega será realizada pela CONTRATADA nos locais indicados pela CONTRATANTE, na modalidade CIF, incluindo todos os custos;

**5.1.** Os veículos deverão ser entregues licenciados, abastecidos e em perfeitas condições de uso;

**5.2.** A CONTRATANTE poderá rejeitar veículos em desacordo com as especificações, devendo a CONTRATADA substituí-los sem ônus;

**5.3.** A devolução ao final do contrato será de responsabilidade da CONTRATADA.

**5.4.** A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, a data prevista para entrega dos veículos.

**5.5.** Os custos de retirada e devolução dos veículos correrão integralmente por conta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

**6.1.** Prestar aos funcionários da CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados, proporcionando todas as facilidades necessárias à boa execução dos serviços;

**6.2.** Disponibilizar local adequado para recebimento e utilização operacional dos veículos;

**6.3.** Caberá à CONTRATANTE as despesas relativas ao combustível, motoristas e utilização operacional dos veículos;

**6.4.** Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo;

**6.5.** Não permitir que os empregados da CONTRATADA executem tarefas em desacordo com as normas estabelecidas no Contrato e Termo de Referência;

**6.6.** Comunicar à CONTRATADA quaisquer irregularidades observadas na execução dos serviços contratados determinando as medidas necessárias à sua imediata regularização;

**6.7.** Garantir que a utilização dos veículos locados será adstrita às atividades da CONTRATANTE;

**6.8.** Entregar, ao final do contrato, os veículos totalmente abastecidos, em sua máxima capacidade;

**6.9.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por empregado especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**6.10.** Proceder com os pagamentos devidos à CONTRATADA, em conformidade com as cláusulas contratuais.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**7.1.** A CONTRATADA deverá cumprir fielmente as disposições previstas na legislação vigente, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COSANPA (arts. 172 a 175) e no contrato, atuando em consonância com os princípios da probidade e da boa-fé;

**7.2.** Manter, durante o período de vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, qualificação e regularidade exigidas no termo de referência;

**7.3.** Informar, por escrito, nome e telefone de seu preposto, com competência para representá-la, tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos, manter entendimentos e receber comunicações;

**7.4.** Fornecer a CONTRATANTE o endereço eletrônico (e-mail), devendo acompanhar o mesmo diariamente, através do qual serão enviadas as Ordens de Serviço e as demais trocas de correspondências;

**7.5.** Manter durante toda a vigência do contrato, estrutura administrativa mínima que suporte os compromissos assumidos com a CONTRATANTE, ou seja, um escritório ou base operacional em um dos





municípios da Região Metropolitana de Belém, à sua expensas, com endereço fixo e telefone. Caso ainda não possua, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, após a assinatura do Contrato, para fazê-lo;

**7.6.** Arcar com despesas decorrentes de qualquer falta ou infração praticada por seus funcionários quando relacionados com a execução dos serviços ou quando nas dependências da **CONTRATANTE**;

**7.7.** Manter seguro total dos veículos, sem ônus à **CONTRATANTE**, durante toda a vigência contratual.

**7.8.** Responsabilizar-se pelo pagamento de IPVA, licenciamento, seguro obrigatório e demais encargos legais incidentes sobre os veículos.

**7.9.** Apresentar à **CONTRATANTE**, previamente à entrega, relação contendo marca, modelo, cor, placa, RENAVAL, chassi, quilometragem e combustível dos veículos.

**7.10.** Garantir quilometragem livre durante toda a execução contratual.

**7.11.** Realizar caracterização visual dos veículos (plotagem), quando solicitado pela **CONTRATANTE**.

**7.12.** Substituir veículos que apresentem falhas, defeitos ou desconformidades no prazo fixado pela fiscalização.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:** Os veículos deverão atender integralmente às especificações constantes no Anexo I do Termo de Referência.

**CLÁUSULA NONA – DO VALOR CONTRATUAL:** Importa o presente Contrato no valor global anual estimado de **R\$ XXXXXX (XXXXXXXX)**, incluindo pessoal, equipamentos, material, impostos, tributos, taxas e todos os custos diretos ou indiretos incidentes, e demais despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste Contrato, conforme Proposta de Preço da **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

**10.1.** O pagamento pelos serviços contratados será efetuado pela COSANPA por meio de ordem bancária em conta corrente indicada pela **CONTRATADA**, até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da **CONTRATADA**.

**10.2.** A regularidade fiscal pode ser provada:

**a)** Por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante.

**b)** Pela apresentação dos documentos constantes no art. 9º do Decreto Estadual nº 2.121/2018, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.

**10.3.** Na hipótese de ocorrer atraso no pagamento da obrigação, os preços serão corrigidos monetariamente com base no INPC/IBGE, a contar da data prevista para o pagamento até a data do efetivo adimplemento.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS:** O reajuste será devido após transcorridos 12 (doze) meses contados da data da proposta da **CONTRATADA**, mediante aplicação do INPC/IBGE, observado o disposto nos arts. 151 e 152 do RILC.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:** Os recursos orçamentários para realização da despesa correrão por conta de recursos próprios da **COSANPA**, através das contas orçamentárias:

**4.5.75145.7000.20000.3506.40.330190 – LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS.**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL:** A empresa vencedora desta licitação se obriga a apresentar garantia, antes da assinatura do contrato, numa das seguintes modalidades, no valor equivalente a 5% (cinco por cento) da contratação:



- a) Caução em dinheiro ou em título de dívida pública;
- b) Fiança bancária;
- c) Seguro-garantia.

**13.1.** Sobre o valor da caução prestada em dinheiro, incidirá a mesma taxa de remuneração da Caderneta de Poupança.

**13.2.** Ocorrendo a rescisão do contrato por justa causa, a **CONTRATANTE** reterá a garantia prestada pela licitante Contratada e, após o competente processo administrativo para a apuração dos danos que sofreu, ressarcir-se-á do valor correspondente aos prejuízos apurados, inclusive o pertinente às multas aplicadas. Caso o valor da garantia prestada seja insuficiente para cobrir os prejuízos, a diferença será cobrada judicialmente. Respeitada essa condição, a garantia será liberada, em até 60 (sessenta) dias após a assinatura, pelas partes contratantes do “Termo de Entrega e Recebimento dos Serviços”.

**13.3.** Se, por qualquer razão, for necessária à prorrogação do contrato, a Contratada ficará obrigada a providenciar a renovação do prazo de validade da garantia, nos termos e condições originalmente aprovados pela **CONTRATANTE**.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUSTENTABILIDADE:** A **CONTRATADA** deverá observar critérios de sustentabilidade, priorizando veículos com menor emissão de poluentes e tecnologias ambientalmente adequadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS MULTAS DE TRÂNSITO:** A **CONTRATANTE** deverá indicar o condutor responsável no prazo legal necessário à transferência da pontuação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES:**

**16.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 13.303/2016 e do Regimento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da COSANPA:

- a) Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Fraudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Cometer fraude fiscal;
- f) Não manter a proposta.

**16.2.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendido aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- b) Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- c) Multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- d) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a COSANPA, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

**16.3.** Também ficam sujeitas a tais penalidades as empresas ou profissionais que:

**a)** Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**b)** Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**16.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no art. 204 do RILC da COSANPA.

**16.5.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à COSANPA, observado o princípio da proporcionalidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL POR ACORDO ENTRE AS PARTES:** Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, e;

**a)** Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal nº 13.303/16 e RILC/COSANPA;

**b)** Quando conveniente a substituição da garantia de execução;

**c)** Quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

**d)** Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

**e)** Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:** O prazo de vigência do Contrato será de **12 (doze) meses**, contados da data da assinatura do referido Instrumento, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos ou frações, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, mediante comunicação de uma das partes e aceitação da outra, por escrito, observadas as conveniências da Administração da COSANPA e as condições reinantes nesse setor específico.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESOLUÇÃO DO CONTRATO:** O presente Contrato poderá ser extinto, observados o contraditório e a ampla defesa, nos termos dos arts. 200 e 201 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COSANPA – RILC e da Lei Federal nº 13.303/2016:

**19.1.** Pelo decurso do prazo de vigência, sem celebração de termo aditivo;

**19.2.** Por acordo entre as partes;

**19.3.** Por extinção unilateral motivada pela **CONTRATANTE**;

**19.4.** Pelo inadimplemento contratual da **CONTRATADA**;

**19.5.** Pela ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditivo da execução contratual;



COMPANHIA  
DE SANEAMENTO  
DO PARÁ



**19.6.** Por razões de interesse público devidamente motivadas.

**§1º** Constituem hipóteses de inadimplemento contratual, dentre outras previstas no RILC:

- a) descumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) desatendimento das determinações da fiscalização contratual;
- c) subcontratação, cessão ou transferência do objeto contratual sem prévia autorização da **CONTRATANTE**;
- d) prática de atos que comprometam a execução contratual ou causem dano à imagem institucional da **CONTRATANTE**;
- e) reincidência em infrações contratuais sujeitas à penalidade;
- f) não recolhimento de multas regularmente aplicadas.

**§2º** A extinção contratual poderá ensejar a aplicação das sanções previstas neste Contrato e na legislação aplicável.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO:** Para a solução de quaisquer dúvidas, litígios ou ações decorrentes deste instrumento, fica estabelecido pelos contratantes, o foro de Belém/PA, com a renúncia de qualquer outro, especial, privilegiado ou de eleição que tenham ou venham a ter.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRO – DO REGISTRO E DA PUBLICAÇÃO:** O extrato deste Contrato será publicado, na Imprensa Oficial do Estado do Pará, no prazo de 10 (dez) dias de sua assinatura, em face do que dispõe o parágrafo 5º do art. 28 da Constituição Estadual.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA ASSINATURA ELETRÔNICA:** As partes concordam que a assinatura deste instrumento se dará por meio eletrônico, utilizando-se plataforma de assinatura digital que garanta autenticidade, integridade e validade jurídica, nos termos da Lei, produzindo os mesmos efeitos legais da assinatura manuscrita.

Belém, na data da assinatura eletrônica.

Pela **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA:**

**José Dilson Melo de Souza Júnior**  
Presidente

**Vitor Augusto da Silva Borges**  
Diretor Financeiro e de Mercado

**Jeanderson da Silva Saraiva**  
Diretor de Gestão de Logística

Pela **XXXXXXXXXX**:

**XXXXXXXXXX**

Representante Legal

**TESTEMUNHAS:**

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

(91) 3251-7810  
gabinete.cosanpa@cosanpa.pa.gov.br  
Av. Magalhães Barata, 1201  
Cep: 66.060-901  
Belém - Pará

cosanpa  
cosanpa  
cosanpaoficial



COMPANHIA  
DE SANEAMENTO  
DO PARÁ



GOVERNO DO  
**PARÁ**

ANEXO V  
MODELO DE PROPOSTA

*(Em papel timbrado, contendo CNPJ, endereço, telefone e demais dados necessários a formulação do contrato)*

À COSANPA-Companhia de Saneamento do Pará

Ao (A) Pregoeiro (a)

Apresentamos a V.Sª, nossa proposta de preços de fornecimento dos serviços, nos termos do Edital e seus Anexos, conforme abaixo relacionado:

Lote	Item	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit.	ANUAL TOTAL
RMB	1	Veículo Passeio Hatch(Especificar modelo/versão)	und	12		
	2	Veículo Pick-up 4x2(Especificar modelo/versão)	und	19		
	3	Veículo Pick-up 4x4(Especificar modelo/versão)	und	12		
	4	Veículo Executivo Sedan(Especificar modelo/versão)	und	06		
	5	Veículo Executivo SUV (Especificar modelo/versão)	und	01		

**Prazo de validade da Proposta de Preços:** não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**Prazo dos serviços:** conforme Termo de Referência, Anexo I do Edital.

**Declaramos:**

- Que nos comprometemos a fornecer os serviços/materiais objeto deste Edital, nas condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos;
- Que estamos de pleno acordo com todas as condições e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Edital, Termo de Referência e instrumento de Contrato;
- Estar cientes da responsabilidade administrativa, civil e penal, bem como ter tomado conhecimento de todas as informações e condições necessárias à correta cotação do objeto licitado;
- Que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;
- Que cumprimos todos os **prazos** estabelecidos no Edital e seus Anexos;
- Que os valores ofertados na proposta serão **fixos e irrevogáveis**.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ/MF: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_

Tel./Fax: \_\_\_\_\_

Endereço Eletrônico (e-mail): \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

UF: \_\_\_\_\_

Banco: \_\_\_\_\_

Agência: \_\_\_\_\_

C/C: \_\_\_\_\_

Dados do Representante Legal da Empresa:

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

(91) 3202-8404

@ [cpl@cosanpa.pa.gov.br](mailto:cpl@cosanpa.pa.gov.br)

Av. José Bonifácio, 404 – Fátima  
66063-075 Belém – Pará

cosanpa

cosanpa

cosanpaoficial



COMPANHIA  
DE SANEAMENTO  
DO PARÁ



GOVERNO DO  
**PARÁ**

CPF/MF: \_\_\_\_\_ Cargo/Função: \_\_\_\_\_

RG nº: \_\_\_\_\_ Expedido por: \_\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_ Nacionalidade: \_\_\_\_\_

**OBS: A empresa poderá utilizar este modelo para apresentação da proposta de preços, devendo apresentar a especificação de cada ITEM detalhadamente.**

Local e data

Assinatura e carimbo

(representante legal da empresa)